

# Cozinhas Solidárias do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST): solidariedade e reconstrução da esfera pública (2021-2022)\*

Solidarity Kitchens from Homeless Workers' Movement in Brazil: Public sphere and social solidarity on the fight against hunger (2021-2022)

Denise De Sordi\*\*

**Resumo:** Este artigo analisa, a partir de dados de observação em campo e entrevistas, o desenvolvimento e o papel das Cozinhas Solidárias desenvolvidas por projeto homônimo do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) entre os anos de 2021 e 2022, período marcado pelo retorno do Brasil ao Mapa da Fome e pelo processo de ampliação da parcela de trabalhadores em condição de pobreza. A partir da Cozinha Solidária da Lapa, no Rio de Janeiro, o desenvolvimento do projeto é analisado em relação ao processo de arrefecimento da esfera pública, situado no diálogo com o processo histórico de reformas nos programas e políticas sociais da primeira década dos anos 2000 e no processo de erosão democrática aberto a partir dos anos de 2015 e 2016. A partir da caracterização e desenvolvimento do projeto, nota-se como a temática da “fome” retornou ao cenário público, conferindo certa coesão às mobilizações populares. Nota-se que a articulação da rede de Cozinhas Solidárias no âmbito nacional, através de ações de mobilização popular pautadas pela solidariedade social, compõe parte das ações populares que emergiram nos últimos anos e que têm recomposto a esfera pública enquanto espaço de fazer política, provocando inflexões para o

---

\* Este artigo apresenta parte dos resultados das pesquisas desenvolvidas nos programas de Pós-Doutorado do Departamento de Sociologia da FFLCH/USP e de Pós-Doutorado do DEPEP/COC/Fiocruz, financiador de minha bolsa de pesquisa. Registro meus agradecimentos aos militantes das diversas esferas do MTST e, em especial, aos que atuam na Cozinha Solidária da Lapa, pela abertura, recepção e confiança. Qualquer erro cometido é de minha inteira responsabilidade.

\*\* Pesquisadora do programa de Pós-Doutorado do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH)/USP, Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania (Cenedic), São Paulo (SP), Brasil. Pesquisadora do projeto “Cozinhas Solidárias: dos alimentos aos Direitos de Cidadania”, alocado na Vice-Presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde (VPAAPS)/Fiocruz, Rio de Janeiro (RJ), Brasil. E-mail: denisends@me.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0536-2863>.

desenvolvimento de um novo ciclo de políticas e programas sociais de Segurança Alimentar e Nutricional e Soberania Alimentar.

**Palavras-chave:** Cozinhas Solidárias; Movimento dos Trabalhadores Sem Teto; Soberania Alimentar.

**Abstract:** This article analyzes, based on data from field observations and interviews, the development and role of the Solidarity Kitchens sponsored by the Homeless Workers' Movement (MTST) between 2021 and 2022, a period marked by the return of Brazil to the Hunger Map and by the process of expanding the share of workers living in poverty. From the Solidarity Kitchen in Lapa, in Rio de Janeiro, the development of Solidarity Kitchens in Brazil is analyzed concerning the upheaval process of the public sphere, guided by the reforms in the programs and social policies of the first decade of the 2000s and aggravated by the process of erosion democratic open from the years 2015 and 2016. From the characterization of the Solidarity Kitchens project, we approach how the theme of "hunger" took the public scenario, bringing cohesion to popular mobilizations. The Solidarity Kitchens highlight other ways to fight hunger and poverty through popular mobilization, guided by social solidarity to rebuild the public sphere as a space for making politics 'from below', stimulating inflections for the development of social policies of Food and Nutritional Security and Food Sovereignty.

**Keywords:** Solidarity Kitchens; Homeless Workers' Movement; Food and Nutritional Security.

## Introdução

UM CARTAZ fixado na entrada de um antigo prédio na Lapa, região central do Rio de Janeiro, com a inscrição "Cozinha Solidária", anuncia a oferta de "almoço grátis" pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, o MTST. A Cozinha Solidária da Lapa é uma das 31 que foram abertas pelo movimento social entre os anos de 2021 e 2022, em 11 estados e no Distrito Federal, e o cartaz com o anúncio de "almoço grátis" está em todas elas. Em documento de apresentação das Cozinhas Solidárias, o projeto homônimo do movimento é caracterizado como de "proporção nacional", iniciado em março de 2021, com o "foco principal na distribuição de refeições gratuitas, todos os dias, para quem mais precisa. Chegando em maio de 2022 a 741.910 toneladas, com mais de 526.216 mil refeições entregues".<sup>1</sup>

A fome, enquanto expressão dominante das condições de vida de trabalhadores empobrecidos, ao longo dos anos 2000, não estava configurada enquanto uma das pautas principais do MTST,<sup>2</sup> acompanhando o cenário de retração desse cenário no país que

1 MTST. **Cozinhas Solidárias do MTST** – projeto. Mimeografado MTST. Acervo de pesquisa.

2 Cf. BOULOS, Guilherme. **Por que ocupamos?** Uma introdução à luta dos sem-teto. São Paulo: Scortecci, 2012. BOULOS, Guilherme. **De que lado você está?** Reflexões sobre a conjuntura política e urbana do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2015.

caracterizou o ciclo de desenvolvimento de programas e políticas sociais<sup>3</sup> aberto em 2003 e demarcado pela saída do Brasil do Mapa da Fome em 2014. Entretanto, entre 2020 e 2021, esta se tornará, junto da luta por moradia, pauta central do MTST.

Analisar a experiência das Cozinhas Solidárias do MTST permite um *locus* de observação para a constituição de novos referenciais de organização e manifestação que emergiram sob o processo de erosão democrática<sup>4</sup> acentuado entre os anos de 2019 e 2022. A hipótese é que, a partir de práticas locais e de mobilização popular, há a reconstituição e emergência de pautas relacionadas aos conflitos e questões sociais historicamente constituídos, porém, realinhadas com uma agenda política de atuação que reivindica a reconstrução da esfera pública,<sup>5</sup> no sentido do espaço do fazer a política enquanto forma de vocalização e formulação das experiências de vida coletivas.

Essa virada de orientação estratégica que passa a ter as Cozinhas Solidárias como elemento central das ações do MTST, e que nacionalmente se expressa pelo desenvolvimento de práticas locais do movimento, é abordada na primeira seção deste artigo a partir de entrevistas<sup>6</sup> realizadas com militantes e voluntários do MTST, do Movimento Unido dos Camelôs (MUCA), Movimento dos Trabalhadores Sem Direitos e do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA),<sup>7</sup> atuantes na Cozinha Solidária ao longo de 2022. A análise está organizada

3 Cf. DE SORDI, Denise. **Reformas nos programas sociais brasileiros**: solidariedade, pobreza e controle social. 2019. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019.

4 Refiro-me ao processo de *impeachment* de Dilma V. Rousseff, que alçou Michel Temer à Presidência da República, e à eleição de Jair M. Bolsonaro à Presidência. Dentre outros: cf. ANDERSON, Perry. **Brazil Apart**. London: Verso Books, 2019.

5 Refiro-me ao diálogo com a conceituação de HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003, enquanto categoria sociológica e histórica, lida em interrelação com os debates de FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 14/15, p. 1-382, 2006, e aos debates de âmbito nacional do Serviço Social e da Sociologia, que analisam os limites e as possibilidades para a verticalização de manifestações e reivindicações pela aplicação e/ou ampliação de Direitos Sociais.

6 Todas as entrevistas foram realizadas com termo de livre esclarecimento e consentimento. Os nomes, caracterização e funções dos/das entrevistados/as são utilizados em acordo com o autorizado no momento da entrevista. As entrevistas foram realizadas na Cozinha Solidária da Lapa, salvo as que possuem localização indicada como RJ/SP, que foram realizadas remotamente devido ao financiamento insuficiente da pesquisa que permitisse o deslocamento da autora. Estive presente na cozinha da Lapa, preferencialmente às quartas-feiras, para acompanhar a fila de distribuição e conversar com os/as trabalhadores/as, pois, naquela altura, também coletava dados sobre percepções de trabalhadores beneficiários do Auxílio Brasil (acompanhando também as filas e o trabalho de cozinhas comunitárias – geridas pelo terceiro setor e por organizações da sociedade civil – que atendiam público semelhante). Entretanto, durante parte desses meses, fui mais de uma vez por semana à cozinha da Lapa para acompanhar a distribuição pelo centro do Rio de Janeiro aos demais públicos atendidos – camelôs e trabalhadores sem direitos –, com o objetivo de compreender os circuitos de entrega, a forma de articulação das redes políticas e quem são os sujeitos atendidos. Eu chegava à cozinha por volta de 8h e permanecia até 16h ou 17h, a depender da quantidade de demandas do dia. Além de ajudar no preparo e distribuição dos alimentos como voluntária, realizei as entrevistas entre as – poucas – pausas do trabalho do pessoal. Ao chegar em casa, transcrevia as notas de meu bloco e as principais impressões das entrevistas realizadas no dia. Desde as primeiras conversas com os membros do MTST para viabilizar a pesquisa, apresentei os objetivos, minhas intenções, metodologia e trabalhos prévios, não se tratou de pesquisa não enunciada. Ao longo de todo o período de desenvolvimento, forneci breves *feedbacks* do andamento da pesquisa – inclusive de seus limites estruturais e conjunturais de realização. Com o tempo, novas questões eram colocadas pelos próprios participantes, voluntários e a população atendida.

7 Tais movimentos, apesar de eventualmente mencionados na dimensão da rede de relações constituídas em torno das Cozinhas Solidárias, não são objeto de discussão neste artigo. Por isso, não serão caracterizados e analisados.

em diálogo com o contexto de retorno do país ao Mapa da Fome, isto é, o foco da discussão apresentada privilegia a constituição do projeto das Cozinhas Solidárias em todo o país,<sup>8</sup> e tem por objetivo evidenciar as formas pelas quais a temática da “fome” retornou ao cenário nacional, em sentido diverso dos anos de 1990 e início dos anos 2000,<sup>9</sup> com a emergência de um tipo de mobilização popular ampliada, que articula o movimento urbano a movimentos camponeses historicamente constituídos, reposicionando a esfera pública como espaço de se fazer política desde baixo. Com uma gramática de reivindicações que se utiliza de panelas e de ossos<sup>10</sup> para vocalizar as experiências norteadas pelo ritmo de desenvolvimento desigual e combinado, característico da formação histórica do capitalismo no país.<sup>11</sup>

Na segunda seção, caracterizo a Cozinha Solidária da Lapa a partir de notas e fontes coletadas entre os meses de maio a dezembro de 2022. O trabalho da Cozinha Solidária da Lapa guarda suas particularidades em relação a outras cozinhas do movimento e seu desenvolvimento é estratégico na articulação da mobilização de trabalhadores sem direitos e camponeses. Entretanto, em meio a tais particularidades, como regra no projeto das Cozinhas Solidárias, a aquisição, preparo e distribuição dos alimentos se colocam como meios de diálogo, mobilização e formação, centralizando o valor da solidariedade social na chave de leitura dos conceitos de Soberania Alimentar e Segurança Alimentar e Nutricional, integrando-os a partir da territorialização das atividades. Por fim, sem o objetivo de exaurir o tema, retomo os principais pontos debatidos, relacionando-os às possibilidades abertas pelas Cozinhas Solidárias para a remodelação dos programas e políticas sociais brasileiros com o objetivo de combate à pobreza e à fome.

## Das cozinhas comunitárias nas ocupações à abertura das Cozinhas Solidárias

O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO (MTST) surgiu em 1997 como um movimento de luta por moradia, centrado na tática de “construir grandes ocupações em terrenos vazios

8 Tal discussão, de forma ampliada, não seria possível nos limites deste artigo. Entretanto, cabe mencionar que há ampla literatura sobre o MTST e sobre movimentos de ocupação urbana no país que caracterizam objetivos, ações, formas de atuação, organização e inserção territorial.

9 Considera-se que, ao longo dos anos de 1990, num primeiro momento, fome e pobreza foram pautadas institucionalmente quase como sinônimos, indicando certo atraso no desenvolvimento social e econômico do país e também um sentido de “urgência” pela estabilidade social e política; no campo popular, tais termos foram elementos aglutinadores de pautas diversas – orientadas principalmente por mobilizações tais como a Campanha da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida e a instalação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar, o Consea – e que disputavam os termos de implementação dos direitos sociais então recém-conquistados. Na segunda metade daquela década, “fome” desaparece do vocabulário institucional e os esforços são direcionados ao combate à pobreza por meio da estruturação de políticas compensatórias e focalizadas, principalmente, na esfera local. No início dos anos 2000, “fome” retorna ao debate público enquanto caminho para o desenvolvimento social e econômico, desaguando na série de programas e políticas sociais nacionais que caracterizam o ciclo dos anos de 2003 a 2014. Cf. DE SORDI, op. cit., capítulos 1 e 2.

10 Discussão registrada em DE SORDI, Denise. O garimpo dos ossos e o apagão dos programas sociais brasileiros. *Le Monde Diplomatique*, Brasil, n.p., 19 out. 2021.

11 Cf. OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista* – o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.

nas periferias urbanas”. Para o movimento, “os sem-teto são todos aqueles que são afetados pelo problema da moradia, seja pela falta dela ou por morarem nas condições mais precárias”. Aqueles afetados pelo “desemprego, baixos salários, trabalho informal, superexploração”.<sup>12</sup>

É possível indicar que o MTST atingiu expressão nacional em meio ao ciclo de disputas por políticas e programas sociais habitacionais em meados dos anos 2000, principalmente com o programa Minha Casa, Minha Vida,<sup>13</sup> no qual atuou, junto de outros movimentos urbanos, pela instituição da faixa de financiamento “entidades”, direcionada para projetos habitacionais produzidos pelos movimentos sociais. Com a crise democrática aberta pelo processo de *impeachment* de Dilma Rousseff (PT), em 2015, a ampliação da pauta da luta por moradia se deu por meio da articulação na Frente Povo Sem Medo, à qual o movimento se integrou junto de outras dezenas de entidades, movimentos sindicais, de juventude e da Igreja Católica<sup>14</sup> para denunciar as políticas de austeridade que agudizaram a crise política do governo de Rousseff. Em 2018, um dos coordenadores nacionais do MTST, Guilherme Boulos, lançou sua candidatura à presidência da República pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e em 2020 concorreu à prefeitura de São Paulo pelo mesmo partido, ampliando a visibilidade do MTST. Nesse ínterim, a pauta da moradia foi articulada com outros temas da cidadania.<sup>15</sup>

É certo que, em ocupações urbanas diversas, tal como indicado nas falas de trabalhadores no livro *Por que ocupamos*, acerca da experiência do MTST, e em pesquisas realizadas com outros recortes temporal e espacial,<sup>16</sup> dimensões da vida social sempre estiveram presentes enquanto limites e pressões de experiências coletivas que impulsionam a própria formação de ocupações urbanas. “Questões como a necessidade de moradia, a saída da casa dos pais, o desemprego, os desentendimentos familiares, os filhos, os baixos salários, as mudanças no curso da vida” são frequentes e influenciam a forma como trabalhadores empobrecidos expressam suas motivações para ocuparem terras para moradia. Ainda que num primeiro momento o façam de forma “não articulada nos moldes da argumentação política dos movimentos sociais organizados”, mas enquanto “valores que,

12 Citações de BOULOS, op. cit., 2012, p. 48 e 50. Cf. FALCHETTI, Cristhiane. Entre dois ciclos: o percurso do MTST e os caminhos das lutas urbanas. **Revista Brasileira de Sociologia**, Porto Alegre, v. 10, n. 25, p. 168-192, maio-ago. 2022.

13 Programa social para habitação lançado em 2009 e extinto em 2021, em favor do programa Casa Verde e Amarela, sob o governo de Jair Bolsonaro. Sobre o Minha Casa, Minha Vida, cf. ROLNIK, Raquel; PEREIRA, Alvaro Luis dos Santos; MOREIRA, Fernanda Accioly; ROYER, Luciana de Oliveira; IACOVINI, Rodrigo Faria Gonçalves; NISIDA, Vitor Coelho. O programa Minha Casa, Minha Vida nas regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas: aspectos socioespaciais e segregação. Artigos complementares, **Cadernos Metrôpole**, São Paulo, n. 17, v. 33, maio 2015.

14 BEDINELLI, Talita. Movimentos sociais lançam frente de esquerda anti-Levy e sem o PT. **El País – Brasil**. São Paulo, 8 out. 2015. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2015/10/07/politica/1444171412\\_797786.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2015/10/07/politica/1444171412_797786.html). Acesso em: 28 nov. 2022.

15 Cf. NÚCLEO de Estudos dos Direitos da Cidadania – Nedic (org.). **Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e a hegemonia global**. Petrópolis: Vozes; Brasília: NEDIC, 1999.

16 V. BOULOS, op. cit., 2012, p. 50-58. Cf. SILVA, Hélio Alexandre da. **Sonhos e resistências: MTST e os testemunhos da luta popular urbana**. São Paulo: Autonomia Literária, 2023. MONTENEGRO, David Moreno. **Os oprimidos sabem do que se trata: a resistência do Pinheirinho e a violência de Estado no Brasil**. Rio de Janeiro: Rubra, 2022.

compartilhados nas ocupações”, indicam interpretações e questionamentos sobre a “lógica especulativa imobiliária e as noções de propriedade” em processos históricos vividos, nos quais “a luta é forjada não pelo ou no movimento, mas nas experiências e percepções de trabalhadores por seus próprios interesses”.<sup>17</sup>

Porém, no contexto de crise democrática, o MTST passou a interpretar formalmente tais interesses a partir da percepção de certa generalização e aceleração do empobrecimento de suas bases, o que provocou mudanças nas dinâmicas e formas pelas quais o movimento poderia se inscrever socialmente,

uma das coisas que chamou muito a atenção é que nas periferias passou a ter pessoa em situação de rua. No geral, a gente via pessoas em situação de rua nos centros, e nós passamos a ver nas periferias, nas comunidades, em lugares que, no geral, não contavam com isso, então isso foi uma virada.<sup>18</sup>

A noção de “crise”, vivida pelos sujeitos, foi traduzida enquanto experiências de organização que foram lidas pelo movimento social em sua dimensão formal. Como pontua um dos coordenadores nacionais do MTST ao ser questionado sobre como se deram as discussões que ampliaram a pauta da moradia, conectando-a à fome e à precarização do trabalho,<sup>19</sup>

em 2014, 2015, a gente já tinha um debate entre o movimento de que a gente não era mais um movimento de moradia só. [...] A experiência que a gente tem da luta social, é que precisa lutar por linha de ônibus, tem dificuldade no dia a dia para se botar comida dentro de casa, e com o agravamento da crise [...] A gente começa a perceber que a nossa turma tá numa condição muito difícil até para conseguir continuar militando.<sup>20</sup>

A leitura em torno da crise e a dimensão das experiências, em se tratando de um movimento social, está localizada temporal e espacialmente a partir das experiências dos sujeitos no processo de lutas que vocalizam demandas e reivindicações. Nesse sentido, como argumenta Gohn,<sup>21</sup> a “categoria espacial não é apenas geográfica, mas tem um forte componente do social”, e é um dos elementos que organiza o tipo da mobilização do movimento no espaço das periferias e no interior das ocupações. No caso do MTST, uma das formas de interlocução entre os sujeitos se dá por meio da organização de assembleias realizadas, principalmente, no espaço das cozinhas comunitárias nas diversas ocupações pelo país.

O MTST localiza o modelo de “organização coletiva” como forma de estruturar o processo de lutas que vai “desde a abertura das ruas, passando pela coleta de lixo, até a forma de solução dos problemas cotidianos”, que representam “numa ocupação,

17 DE SORDI, Denise. *Moradia, Trabalho e luta*. Uberlândia: Editora Navegando, 2017. p. 15.

18 NASCIMENTO, Julia. **Entrevista com Julia Nascimento**. Entrevista concedida a Denise De Sordi, Rio de Janeiro, 31 ago. 2022.

19 Cf. BRAGA, Ruy. **A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo: Boitempo; USP – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2012.

20 PEREIRA, Danilo. **Entrevista com Danilo Pereira**. Entrevista concedida a Denise De Sordi, São Paulo/Rio de Janeiro, 22 ago. 2022.

21 GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 2014. p. 257.

um aprendizado de decisão e trabalho coletivo”,<sup>22</sup> e, para esta finalidade, as cozinhas comunitárias são uma prática instituída e prioritária no movimento. Para Scherer-Warren, processos como esses envolvem o desenvolvimento característico dos movimentos sociais, do “sentimento de pertencimento e reconhecimento” dos sujeitos enquanto cidadãos e sujeito coletivo nos “territórios-redes, através de sua participação nas redes de movimentos”.<sup>23</sup>

Como relatou Ingá, militante do movimento em Recife (PE), nas ocupações, o processo de luta exige que todos garantam que a ocupação seja “levantada”. “O primeiro barraco que a gente ergue é o barraco da cozinha. Uma vez erguido, é ali que vão se tomar as principais decisões, é ali que as conversas-chave serão feitas e é ali também que os principais coordenadores serão forjados [...]”.<sup>24</sup> Ana, uma das coordenadoras nacionais do projeto das Cozinhas Solidárias também pontua a centralidade das cozinhas comunitárias nas ocupações:

a cozinha, o alimento como uma parte agregadora de manter as pessoas bem e saudáveis [...] numa ocupação, a primeira coisa que a gente faz é uma cozinha, tem que ser uma cozinha, porque logo na noite da ocupação precisa ter um café, a gente precisa ter um alimento para as pessoas entrarem e a primeira refeição do dia tem que estar lá nas primeiras horas da manhã para receber as pessoas, então a centralidade da cozinha dentro do MTST sempre existiu. Dentro da luta por moradia.<sup>25</sup>

As cozinhas comunitárias das ocupações, intrinsecamente relacionadas à organização da luta coletiva e da oferta de condições mínimas para os ocupantes, cumprem o papel de organização das tarefas coletivas direta ou indiretamente, de forma relacionada ao processo de formação política dos sujeitos que ocupam:

Nos acampamentos do MTST há um esforço no sentido de garantir pelo menos uma cozinha para cada grupo de 50 a 100 famílias. Estas cozinhas funcionam com base na doação dos próprios moradores e no trabalho voluntário, em sistema de revezamento. [...]. Com essa iniciativa, cria-se um vínculo sólido de trabalho coletivo e, ao mesmo tempo, assegura-se que ninguém passe fome na ocupação. O que está em jogo é a construção de soluções coletivas para os problemas que afetam a todos.<sup>26</sup>

A passagem do modelo das cozinhas comunitárias das ocupações do MTST para o projeto das Cozinhas Solidárias se deu, inicialmente, pela releitura do espaço da cozinha comunitária e sua centralidade para a manutenção do movimento social em territórios nos quais as formas de luta já consolidadas foram desarticuladas ao ponto de sua inviabilidade, seja pelo poder público e/ou pelo poder ilegal. Este foi o caso da cozinha de São Gonçalo, no Rio de Janeiro, que passou a ser considerada embrionária do projeto nacional das Cozinhas Solidárias.

22 BOULOS, op. cit., 2012, p. 64.

23 SCHERER-WARREN, Ilse. Redes para a (re)territorialização de espaços de conflito: os casos do MST e MTST no Brasil. *Interface: a journal for and about social movements*, v. 1, p. 120, jan. 2009.

24 INGÁ. **Entrevista com Ingá**. Entrevista concedida a Denise De Sordi, Rio de Janeiro, 22 set. 2022.

25 RIBEIRO, Ana Paula P. **Entrevista com Ana Paula P. Ribeiro**. Entrevista concedida a Denise De Sordi, São Paulo/Rio de Janeiro, 28 out. 2022.

26 BOULOS, op. cit., 2012, p. 64.

Em 2016, sob o governo de Michel Temer, o programa Minha Casa, Minha Vida foi paralisado,<sup>27</sup> representando um revés para as lutas em curso pelo MTST. Como pontuou Bruno, assistente social e apoiador do movimento, ao ser interrogado sobre a primeira cozinha na região:

um dos primeiros atos do governo Temer é desmontar o Minha Casa, Minha Vida [...] a prefeitura não tinha um programa habitacional próprio e aí, desmontando o Minha Casa, Minha Vida entidades [...]. Essa outra ocupação acontece [...] em 2017 só que a ocupação começou [e foram dadas] 24 horas para o pessoal sair. E aí, bom, frente a essa situação o movimento decide desmobilizar a ocupação. Foi muito triste e uma derrota muito grande para o movimento, já existia um processo de enfraquecimento [...] e não tinha muita perspectiva mesmo e quando acontece isso é a pá de cal nessa primeira fase do movimento lá.<sup>28</sup>

A organização da cozinha comunitária de São Gonçalo se deu em caráter experimental, frente à possibilidade de desmobilização completa do movimento com o fechamento dos canais de negociação e diálogo entre o MTST e os governos federal e municipal, sendo iniciativa deslocada da experiência prévia das cozinhas comunitárias no interior das ocupações. A cozinha foi aberta em 2017, na sede de uma associação comunitária no bairro Santa Luzia, com o papel de ser um ponto de contato entre os sujeitos antes mobilizados na ocupação e que passaram a se reunir para almoços aos domingos. Aos poucos, as atividades da cozinha se consolidaram frente à impossibilidade do movimento se organizar por meio de ocupações na cidade:

E aí a gente fala “pô, a gente não tem condições hoje, no Rio de Janeiro”, não tem condição de política pública, de ocupação, de conquista, vamos pegar um pouco essa experiência de cozinha, já pensando um pouco desse debate do trabalho comunitário como instrumento de luta política e aí a gente faz a primeira experimentação da cozinha comunitária. [...] Os almoços começam a dar certo, a gente consegue um espaço, [então] se torna a cozinha, e essa cozinha se torna algo.<sup>29</sup>

As atividades da cozinha comunitária de São Gonçalo começaram como uma “experiência isolada dentro do MTST que foi se tornando uma prática em estados que a violência policial e a dificuldade da luta por moradia” desmobilizam a organização popular. A experiência da cozinha de São Gonçalo foi se consolidando como uma forma de “luta comunitária e foi se espalhando para alguns estados”,<sup>30</sup> passou a agregar “rodas de gestante”, “escolinha” e creche,<sup>31</sup> até que, durante a pandemia de covid-19, essa experiência embrionária se tornou uma política interna do MTST da qual emergiu o projeto nacional das Cozinhas Solidárias.

27 FERNANDES, Sarah. Com Temer, “Minha Casa, Minha Vida” abandona famílias de renda mais baixa. **Brasil de Fato**. 22 ago. 2016. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2016/08/22/com-temer-minha-casa-minha-vida-abandona-familias-de-renda-mais-baixa/>. Acesso em: 30 nov. 2022.

28 OLIVEIRA, Bruno José da C. **Entrevista com Bruno José da Cruz de Oliveira**. Entrevista concedida a Denise De Sordi, Rio de Janeiro, 22 jul. 2022.

29 PEREIRA, Danilo. **Entrevista com Danilo Pereira**. Entrevista concedida a Denise De Sordi, São Paulo/Rio de Janeiro, 22 ago. 2022.

30 RIBEIRO, Ana Paula P. **Entrevista com Ana Paula P. Ribeiro**. Entrevista concedida a Denise De Sordi, São Paulo/Rio de Janeiro, 28 out. 2022.

31 PEREIRA, Danilo. **Entrevista com Danilo Pereira**. Entrevista concedida a Denise De Sordi, São Paulo/Rio de Janeiro, 22 ago. 2022.



Além da cozinha de São Gonçalo, outros dois pontos devem ser considerados para se compreender o surgimento das Cozinhas Solidárias. São eles, o intercâmbio de experiências com os movimentos sociais argentinos<sup>32</sup> e a campanha nacional de arrecadação de alimentos “Solidariedade Sem Teto” durante a pandemia. O intercâmbio com o projeto dos *comedores comunitários*,<sup>33</sup> por meio da Frente Popular Dario Santillán,<sup>34</sup> foi proporcionado pela visita de um membro da coordenação do MTST à Frente Popular – em meio às discussões sobre as mobilizações que emergiram do movimento *piquetero* – este, com base na experiência dos *comedores*, propôs a abertura de uma cozinha comunitária como forma de manutenção da base já mobilizada. Foi então que encontraram o espaço em São Gonçalo,

E o [...] chega de lá com essa ideia, vamos tentar fazer uma cozinha comunitária em São Gonçalo [...] acharam um espaço ali no bairro de Santa Luzia que era um espaço remanescente de uma associação de moradores [...] que era utilizado para atender, fazer festa e tal ali no bairro de Santa Luzia, mas muito precário, tinha alguém lá que tinha a chave do local, e aí começaram a fazer a cozinha. A cozinha funcionava só aos domingos.<sup>35</sup>

A partir de 2017, as atividades da cozinha de São Gonçalo entraram em funcionamento, primeiro sob o nome de “almoço comunitário”, depois “cozinha comunitária”<sup>36</sup> e, progressivamente, outras cozinhas foram surgindo em diversas localidades. Com o agravamento da crise política, social e econômica no Brasil, o MTST “viu a possibilidade de isso funcionar. [...] veio a crise pós-golpe [...] e principalmente o processo com a pandemia”.<sup>37</sup>

A experiência da cozinha de São Gonçalo só seria recuperada nacionalmente entre 2020 e 2021, e não foi o único fator determinante para o projeto das Cozinhas Solidárias.<sup>38</sup> Porém, seu funcionamento confluiu na avaliação e interpretação de aprendizados durante a campanha nacional de arrecadação de alimentos promovida pelo movimento em 2020. A campanha “Solidariedade Sem Teto” foi desenvolvida por meio de *crowdfunding*, em meio ao contexto do apagão das políticas e programas

32 Realizado por intermédio da Fundação Rosa Luxemburgo Brasil/Paraguai.

33 Cf. SANTARSIERO, L. H. Los comedores comunitarios como fenómeno social, político y alimentario en la Argentina de los últimos treinta años: Una “guía práctica” para su comprensión. **Cuestiones de Sociología**, n. 9, p. 319-323, 2013. LIZAGARRA, Patricia; PEREIRA FILHO, Jorge. **Atlas de los Sistemas Alimentarios del Cono Sur**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Fundación Rosa Luxemburgo, 2022. p. 89-90.

34 Cf. FORNILLO, Bruno. Las estrategias políticas piqueteras autónomas en el contexto de reposicionamiento de la actividad estatal: la aparición del Frente Popular Darío Santillán. **IV Jornadas de Jóvenes Investigadores**. Instituto de Investigaciones Gino Germani, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2007.

35 OLIVEIRA, Bruno José da C. **Entrevista Bruno José da Cruz de Oliveira**. Entrevista concedida a Denise De Sordi, Rio de Janeiro, 22 jul. 2022.

36 PEREIRA, Danilo. **Entrevista com Danilo Pereira**. Entrevista concedida a Denise De Sordi, São Paulo/Rio de Janeiro, 22 ago. 2022.

37 ANGELIM, Daniel M. **Entrevista com Daniel M. Angelim**. Entrevista concedida a Denise De Sordi, São Paulo/Rio de Janeiro, SP/RJ, 26 ago. 2022.

38 Idem.

sociais promovidos pelo governo de Jair Bolsonaro,<sup>39</sup> cuja sequência de medidas de desmonte<sup>40</sup> do Estado tiveram seu efeito agravado durante a pandemia de covid-19.

A campanha “Solidariedade Sem Teto”, desenvolvida pelo MTST a partir de *crowdfunding*, na avaliação de um dos coordenadores, foi o impulso para que a expansão do projeto das Cozinhas Solidárias se tornasse uma pauta concreta e central para o movimento: “Eu considero que foi isso que deu mais confiança, porque a gente falou, ‘cara, dá para fazer coisa pela internet, a gente junta uma grana e dá para tocar’.” Apesar de ter sido considerada uma “campanha que deu supercerto, a gente viu que era possível receber, fazer campanha na internet através dessas plataformas”, a escalada dos níveis de empobrecimento nesse período atingiu duramente, e primeiro, os trabalhadores das periferias, e a avaliação do movimento foi de “que era insuficiente a distribuição de cestas básicas, [...] muitas pessoas ficavam doentes, não tinham condição de cozinhar, [...] a distribuição de cestas básicas não atendia [...] o preço do gás [...]”. A decisão de desenvolver o projeto das Cozinhas Solidárias nacionalmente emergiu ainda de uma “uma aposta política, ‘vamos fazer e a gente vai lutar para dar certo’” e do objetivo “de somar essa luta política para o movimento sem teto [...]” num contexto no qual “o Auxílio Emergencial não veio”; e o movimento passou a avaliar sua própria capilaridade e visibilidade para produzir “a chance da gente propor uma política pública”.<sup>41</sup>

A intenção de propor uma política pública<sup>42</sup> foi localizada na abertura das Cozinhas Solidárias como um tipo de ação que não se caracteriza nem pelos aspectos da filantropia, nem do voluntarismo. Mas que passou a colocar em xeque, no contexto do governo Bolsonaro, tanto a transferência condicionada de renda como único caminho para gerir a reprodução da pobreza – marca dos programas nos anos 2000, sintetizada no Bolsa Família<sup>43</sup> – assim como a entrega de cestas básicas como solução sustentável – marca das ações governamentais nos anos de 1990.

As reformas levadas a cabo a partir de 2016 sob o governo de Michel Temer<sup>44</sup> e aprofundadas pelo governo de Bolsonaro, a partir de 2019, promoveram a destruição dos recursos políticos que haviam emergido, ainda que com limitações, dos processos de lutas materializados pela redemocratização do país, e no rearranjar dos princípios e valores que

39 Cf. DE SORDI, Denise. As perigosas mudanças no Cadastro Único, o Bolsa Família e o Brasil rumo ao Mapa da Fome. **El País**. São Paulo. 1 fev. 2021.

40 Desmonte no sentido atribuído por PAOLI, Maria Célia. Apresentação e Introdução. In: **Os sentidos da democracia**: políticas do dissenso e a hegemonia global. Núcleo de Estudos dos Direitos da Cidadania – Nedic (org.). Petrópolis: Vozes; Brasília: NEDIC, 1999. p. 8-9.

41 Citações neste parágrafo e no anterior de ANGELIM, Daniel M. **Entrevista com Daniel M. Angelim**. Entrevista concedida a Denise De Sordi, São Paulo/Rio de Janeiro, 26 ago. 2022.

42 O Projeto de Lei n. 491/2023 foi apresentado por Guilherme Boulos (PSOL), em 13 de fevereiro de 2023, e prevê a instituição do Programa Cozinha Solidária para a distribuição de alimentação gratuita à população.

43 DE SORDI, op. cit., 2019.

44 IBGE: Em um ano pobreza aumenta e atinge 54,8 milhões de pessoas. **CEE FIOCRUZ**. 5 dez. 2018. Disponível em: <https://cee.fiocruz.br/?q=IBGE-Pobreza-aumenta-e-atinge-54%2C8-milhoes-de-pessoas>. Acesso em: 12 dez. 2022.

conduziram o processo de “pacificação social do lulismo”,<sup>45</sup> no ciclo aberto por programas sociais do tipo Bolsa Família e Minha Casa, Minha Vida. É nesse contexto de fechamento e do tornar privados os caminhos institucionais de diálogo e de gestão democrática do espaço público – pode-se citar a extinção do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) em 2019<sup>46</sup> – que alternativas produzidas pelos movimentos sociais se desenharam “nos próprios desvãos desse processo”, com o objetivo de “recuperar os direitos de uma cidadania que, reinventando a si própria pela discordância e pela sua própria recriação, possa reinventar novos caminhos da construção democrática”.<sup>47</sup>

Desse modo, ações que se apresentaram, num primeiro momento, enquanto engenharias de urgência, tal como as Cozinhas Solidárias, não são meros recipientes das dimensões materiais da crise social, pois expressam formas de encaminhar e criar soluções para os conflitos sociais e mobilizar sujeitos em torno de temas específicos com o objetivo de se inscrever socialmente. São formas de desvelar a abstração das experiências sociais denominadas vagamente como “crise”, que, como argumenta Merrill, permitem notar o processo histórico, ou seja, os modos pelos quais “as pessoas lutam para melhorar e manter as suas condições de vida, como membros de comunidades e culturas específicas, em meio a mudanças que podem afetá-las, mas não controlá-las”.<sup>48</sup>

A análise das ações de mobilização do MTST, entre os anos de 2020 e 2021, permite indicar as formas e “padrões alternativos de mobilização dos trabalhadores” que ocorrem de forma heterogênea, frente à “intensificação e à degradação do trabalho, aos baixos salários, ao desemprego, à proletarização forçada e à destruição de modos de vida tradicionais”.<sup>49</sup> De modo que as diversas estruturas de manifestação do movimento social estão em diálogo com as experiências dos diversos sujeitos, com o processo histórico de forma ampliada. Como pontua Thompson, ainda que formas de manifestação possam perder coesão e ser emudecidas por limites e pressões diversos, sua reorganização torna-as uma presença palpável,<sup>50</sup> até que possam emergir com uma forma que se caracterize enquanto linguagem e ações articuladas.

45 BRAGA, Ruy. Terra em transe: o fim do lulismo e o retorno da luta de classes. In: SINGER, André; LOUREIRO, Isabel (org.). **As contradições do lulismo**: a que ponto chegamos? São Paulo: Boitempo, 2016. p. 71.

46 BRASIL. Medida Provisória (MP) n. 870, de 1 de janeiro de 2019, provocou alterações no Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) e a extinção do Consea, com o efeito cascata em seus órgãos nas esferas estadual e municipal. A MP foi convertida na Lei n. 13.844, de 2019.

47 PAOLI, Maria Célia. Apresentação e Introdução. In: Núcleo de Estudos dos Direitos da Cidadania – Nedic (org.). **Os sentidos da democracia**: políticas do dissenso e a hegemonia global. Petrópolis: Vozes; Brasília: NEDIC, 1999. p. 10.

48 MERRIL, Michael. Capitalismo, exterminismo e economia moral: E. P. Thompson hoje. In: BOSI, Antônio de Pádua; SOUZA, Aparecida Darc de; MORAIS, Sérgio Paulo (org.). **E. P. Thompson**: história, educação e presença. São Paulo: Edições Verona, 2018. p. 42.

49 BRAGA, Ruy. Um padrão ‘thompsoniano’ de agitações trabalhistas? Movimentos sociais e rebeliões no Sul global. **Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 12, p. 2, 2020.

50 Cf. THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 9.

Como observa Gohn,<sup>51</sup> “os movimentos sociais sempre têm um caráter político [...] criam e desenvolvem um campo político de forças sociais na sociedade civil, contribuindo para seu desenvolvimento político,” fazendo com que demandas e interpretações que circulam socialmente sejam inseridas na esfera pública. No contexto de apagão da rede proteção social promovido pelo governo Bolsonaro, em 2021, o MTST amplia em definitivo o projeto das Cozinhas Solidárias: “a gente chegou numa fase que dá para amadurecer isso, a fome tá em alta”; e a pauta da fome adquiriu centralidade para o movimento: “a gente precisa colocar isso no centro da nossa atuação agora, do MTST”; e o projeto das Cozinhas Solidárias se tornou ação nacional em 2021. Somam-se, portanto, as experiências das cozinhas comunitárias das ocupações, o intercâmbio com os movimentos sociais argentinos e a campanha “Solidariedade Sem Teto”, que abriu o caminho para o funcionamento de iniciativas do movimento com financiamento coletivo, caracterizando a decisão tomada quando o MTST atribuiu o *status* de projeto à iniciativa, chamando-o “de Cozinha Solidária, e agora, assim como as ocupações, isso aqui vai ser a cara do MTST também. E aí a gente começa a ir pra cima com a Cozinha Solidária”.<sup>52</sup>

## **A Cozinha Solidária da Lapa no Rio de Janeiro: solidariedade, trabalhadores informais, pessoas em situação de rua e campesinos**

COMO PONTUOU um dos coordenadores nacionais do MTST, “A cozinha da Lapa [...] chega em um momento em que a gente já estava com o projeto das Cozinhas Solidárias em uma fase de amadurecimento”, o MTST “pensa na cozinha da Lapa como um lugar onde a gente vai mostrar para fora as cozinhas solidárias, [pois o movimento] já tinha inaugurado uma série de cozinhas pelo Brasil [...]”.<sup>53</sup> A cozinha foi inaugurada em 26 de novembro de 2021, no segundo andar do casarão que foi sede do Cabaré Casanova, entre 1950 e 2000. Até então, parte do casarão servia apenas de depósito da Associação dos Trabalhadores Informais da Lapa (Atial). A cozinha foi instalada no segundo andar, reformado e revitalizado em sistema de mutirão pelo MTST,<sup>54</sup> e passou a funcionar em parceria com o Movimento Unido dos Camelôs (MUCA), aos quais se somou o Movimento dos Trabalhadores Sem Direitos.<sup>55</sup> Por sua localização, a cozinha da Lapa

51 GOHN, op. cit., p. 252.

52 Citações de PEREIRA, Danilo. **Entrevista com Danilo Pereira**. Entrevista concedida a Denise De Sordi, São Paulo/Rio de Janeiro, 22 ago. 2022.

53 Ibidem.

54 NASCIMENTO, Julia. **Entrevista com Julia Nascimento**. Entrevista concedida a Denise De Sordi, São Rio de Janeiro, 31 ago. 2022.

55 Apesar de o Movimento dos Trabalhadores Sem Direitos não ser alvo de discussão neste artigo, cabe registrar que foi fundado no início de 2022, a partir de articulação envolvendo as atividades da Cozinha Solidária na Lapa: “[conversamos] com o MTST e o MUCA e em mais outros três estados, fizemos essa reunião e fundamos o Movimento dos Trabalhadores Sem Direitos, onde a gente vai dialogar com os trabalhadores informais, que não têm carteira assinada, e que dependem do dia a dia nas ruas [...] os Ifood, Uber, camelô, empregada doméstica.” T.H. **Entrevista com T.H.** Entrevista concedida a Denise De Sordi, Rio de Janeiro, 24 ago. 2022.

tem uma particularidade [...], porque as outras cozinhas [são] de periferia, então você tem uma lógica comunitária muito mais presente [...]. A cozinha da Lapa você trabalha fundamentalmente com as pessoas em situação de rua, que é um outro público que, pelo menos nas ocupações do MTST aqui do Rio, sempre foi ou inexistente, ou residual, só que agora você tem essa população que já tem [...] uma referência na cozinha.<sup>56</sup>

Assim, a cozinha da Lapa soma-se às cozinhas do MTST localizadas nas regiões centrais de São Paulo e Porto Alegre devido ao atendimento de um público que até muito recentemente não estava incluso no escopo de ações de mobilização do MTST: pessoas em situação de rua e parcela de trabalhadores empregada informalmente. São cozinhas que se caracterizam pela localização “mais no centro” das cidades, sendo as demais com “um perfil de pessoas que são moradoras do bairro, têm uma renda, mas que utilizam a cozinha como uma forma de aliviar o bolso”, de modo que “algumas [dessas] cozinhas abrem até mais cedo para as crianças se alimentarem antes de ir para a escola, porque é isso, são públicos que ‘vendem o almoço para comer a janta’”.<sup>57</sup> Na cozinha da Lapa, o atendimento aos trabalhadores informais, “de aplicativo”, se dá por meio da articulação com o Movimento dos Trabalhadores Sem Direitos.

A entrega de alimentos para os trabalhadores de aplicativo é um dos exemplos de como as Cozinhas Solidárias têm a distribuição dos alimentos enquanto uma espécie de “atividade meio” para o diálogo, organização coletiva e territorialização. O “pontapé inicial [dessa rede com a cozinha foi a] distribuição de café da manhã, onde a gente falava com os trabalhadores], dialogava, explicava o objetivo do movimento”, e prosseguiu com a entrega de quentinhas no almoço, até que o estabelecimento de vínculos de confiança permitiu o diálogo direto entre os trabalhadores e os membros do movimento, para que as demandas fossem apresentadas “abertamente”. As demandas dos trabalhadores de aplicativo expressam um cenário de “dificuldades” e que é percebido como

caótico para caramba [...] **pelo fato de que eles entregam comida o dia todo, e com fome** [...] Não têm direito nenhum, se acidentou, furou pneu de bicicleta, alguma coisa assim, o tempo que eles ficam parados é o tempo que eles ficam sem receber [...] eles são contratados, eles trabalham [...] e não têm respaldo nenhum, se se acidentou, ficou doente [...]<sup>58</sup> (grifos da autora).

A entrega de cerca de 50 quentinhas para os trabalhadores de aplicativo organizados no Movimento dos Trabalhadores Sem Direitos ocorre às terças-feiras, quando um dos membros se desloca até a Av. Uruguaiana, centro do Rio de Janeiro, no local, “onde eles estão esperando o almoço sair, onde estão as bicicletas e tal”. A entrega das quentinhas é considerada uma segunda etapa [para] tentar uma forma de organização dos trabalhadores informais, dessa

56 OLIVEIRA, Bruno José da C. **Entrevista Bruno José da Cruz de Oliveira**. Entrevista concedida a Denise De Sordi, Rio de Janeiro, 22 jul. 2022.

57 Citações de RIBEIRO, Ana Paula P. **Entrevista com Ana Paula P. Ribeiro**. Entrevista concedida a Denise De Sordi, São Paulo/Rio de Janeiro, 28 out. 2022.

58 T. H. **Entrevista T. H.** Entrevista concedida a Denise De Sordi, Rio de Janeiro, 24 ago. 2022.

turma dos entregadores”, com um

grupo [...] pelo território, com o objetivo de entregar a quentinha, mas [também] para a gente poder estimular que os entregadores participem desse processo, com o protagonismo de gente que é liderança, que é referência entre eles, para ajudar a organizar a lista da entrega, organizar o horário, organizar a distribuição. E aí, a partir desse passo de experiência organizativa, a gente passar para um momento de luta por direitos, de luta por trabalho, essa turma [...] é muito diversa [...].<sup>59</sup>

Prática parecida ocorre às quintas e sextas-feiras, quando são atendidos, respectivamente, os trabalhadores organizados pelo MUCA, com a entrega de 100 quentinhas, e os trabalhadores organizados pela ATIAL e MUCA, com a entrega de 40 e 60 quentinhas para cada um dos movimentos. Às segundas-feiras a cozinha é fechada para balanço de estoque, reuniões do movimento com campesinos produtores dos alimentos, com outros movimentos e avaliações das atividades.

A rotina da cozinha da Lapa é organizada de acordo com o público atendido a cada dia da semana. Às quartas-feiras, há entrega de cerca de 250 a 350 quentinhas na porta da cozinha para as pessoas em situação de rua. A distribuição é feita em uma fila que, em algumas semanas, ocupa entre dois e três quarteirões na Lapa<sup>60</sup> e começa nas primeiras horas da manhã, com a marcação de lugares pelos sujeitos com pedras, cobertores e sacolas. As atividades, nesse dia, contam com o apoio do curso de graduação em Serviço Social da Unirio.

Por meio de um projeto de extensão, graduandos do curso são treinados enquanto conversam e ouvem as demandas da população. A mediação do diálogo ocorre por meio de um café que é distribuído gratuitamente na porta da cozinha pelas pesquisadoras do projeto. A proposta é que, dessa forma, seja ofertado um atendimento humanizado a uma população que é “invisibilizada, estigmatizada e que geralmente [ninguém] para muito para falar com eles”, e que está “cansada de ver assistente social”, que “chega lá com uma prancheta, com um questionário para fazer um perfil socioeconômico [...]”.<sup>61</sup>

O projeto do café, ao criar um ambiente de interação, horas antes das quentinhas começarem a ser distribuídas, permite conhecer a população atendida que é tida como “um grupo em movimento e itinerante”;<sup>62</sup> e para o movimento, indica a necessidade de se adaptar à “fluidez, porque a pessoa está lá num dia e [no outro] não está, da violência que é diferente da violência das periferias”.<sup>63</sup> Esse é um público que circula também por outras

59 PEREIRA, Danilo. **Entrevista com Danilo Pereira**. Entrevista concedida a Denise De Sordi, São Paulo/Rio de Janeiro, 22 ago. 2022.

60 Cf. DE SORDI, Denise. Cozinhas Solidárias são um recurso de sobrevivência. **Le Monde Diplomatique**, Brasil, 12 jul. 2022.

61 OLIVEIRA, Bruno José da C. **Entrevista Bruno José da Cruz de Oliveira**. Entrevista concedida a Denise De Sordi, Rio de Janeiro, 22 jul. 2022.

62 INGÁ. **Entrevista com Ingá**. Entrevista concedida a Denise De Sordi, Rio de Janeiro, 22 set. 2022.

63 PEREIRA, Danilo. **Entrevista com Danilo Pereira**. Entrevista concedida a Denise De Sordi, São Paulo/Rio de Janeiro, 22 ago. 2022.

cozinhas – que caracterizo como comunitárias<sup>64</sup> – e a percepção geral é de que esses sujeitos costumam aparecer e desaparecer das filas constantemente.

Na dimensão da cozinha da Lapa, a distribuição do café e o contato com os assistentes sociais é formativo, no sentido de compreender como lidar com um perfil populacional até então desconhecido do movimento,

conforme a gente vai conversando com as pessoas, a gente percebe também, porque algumas pessoas falam ‘tô aqui recentemente na rua’, e aí o perfil, pelo que a gente percebeu até o momento, essa turma que está a menos tempo na rua, está em fila, então tem filhos juntos, geralmente [...] passou por um quadro menor de violência, acho que um tempo menor de exposição de violência da rua. [...] é mais fácil de conversar com as pessoas, porque ainda apresentam um vínculo comunitário e tal. Algumas pessoas falam “**eu sou de longe pra caramba, mas eu vim morar aqui na Lapa [na rua] porque eu trabalho aqui ainda**”, então essa coisa da relação com o trabalho, as pessoas vão para morar lá perto, porque já está lascado mesmo. **Está sem casa, pelo menos vai ficar próximo [do trabalho]** (grifos da autora).

Quanto à ocupação dos sujeitos que frequentam a Cozinha Solidária às quartas-feiras,

geralmente é em bico, de faxina, ou carregador de alguma coisa, transportador de alguma coisa, estaciona carro, esse tipo de função que é bem intermitente, não tem nenhum vínculo formal, pelo menos as pessoas com quem a gente conseguiu conversar. Até porque, se tivesse, a gente conseguiria segurar um pouco mais, uma saída de casa, despejo, mas geralmente são esses trabalhos, vendendo bala, como camelô mesmo, vendedor ambulante.<sup>65</sup>

Essas atividades foram indicadas com frequência pelas pessoas entrevistadas nas filas de cozinhas para esta pesquisa, e há uma percepção por parte da coordenação nacional do projeto das Cozinhas Solidárias de que essa mudança de público indica o acelerado empobrecimento vivido pelos trabalhadores nos últimos anos,

pessoas que recebem aposentadoria, programas sociais e a conta não fecha. E tem aumentado muito o número de **pessoas que são de periferia e que são moradoras de rua**, as pessoas caminham de longe pra vir comer, porque a gente tá vendo um declínio, pessoas que estavam no bairro, mas que agora também são pessoas que já estão em outra situação. A gente tá vendo o empobrecimento da fila da cozinha, sabe?<sup>66</sup> (grifos da autora).

64 Pois são desenvolvidas pela iniciativa de grupos religiosos e indivíduos, sem a conexão com um projeto de sociedade centralizado por um movimento social organizado e pela constituição de redes de mobilização política entre cidade/cidade ou cidade/campo. No caso dessas cozinhas, não há padronização da ação em âmbito nacional, sujeitos coletivos, regularidade e constância no atendimento. As fontes de financiamento são variáveis e os motivos pelos quais as cozinhas são abertas mudam desde a consciência individual e moral até como desdobramento de atividades previamente estabelecidas. A autogestão, em geral, não está presente, e as cozinhas contam com o apoio do poder público local para a seleção do público a ser atendido, transpondo a lógica de focalização dos programas sociais nacionais para uma escala micro, que pode ainda, na escala da ação individual, ser orientada por critérios moralizantes. Cf. DE SORDI, Denise. As Cozinhas Solidárias como política de combate à fome e à pobreza. **Brasil de Fato**, Rio de Janeiro, 12 fev. 2023.

65 PEREIRA, Danilo. **Entrevista com Danilo Pereira**. Entrevista concedida a Denise De Sordi, São Paulo/Rio de Janeiro, 22 ago. 2022.

66 Citações de RIBEIRO, Ana Paula P. **Entrevista com Ana Paula P. Ribeiro**. Entrevista concedida a Denise De Sordi, São Paulo/Rio de Janeiro, 28 out. 2022.

São trabalhadores em condição de empobrecimento que encontram-se na informalidade, ou seja, “fora do circuito de acesso aos direitos institucionalizados”, e acabam por encontrar nas cozinhas a atenção às suas necessidades imediatas mais básicas, e a possibilidade de um horizonte de organização coletiva em meio a um contexto de “dissolução das referências últimas da ação e participação coletivas que constroem um horizonte democrático”, a partir de uma noção de cidadania que não “dependa de uma autorização externa para garantir sua coesão e movimento”.<sup>67</sup>

A cozinha da Lapa mantém suas atividades com verbas distribuídas às cozinhas do MTST, arrecadadas por meio de *crowdfunding*. A compra de alimentos agroecológicos se dá em parceria com o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e, durante certo período, foi feita com o apoio da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), por meio de edital para o enfrentamento à covid-19 nas favelas do Rio de Janeiro.<sup>68</sup>

A articulação das Cozinhas Solidárias do MTST com movimentos camponeses, a exemplo do MPA, é um dos pilares do projeto no Rio de Janeiro,

isso parte do entendimento de que a gente não combate a fome se a gente não tiver essa relação com o campo, se a gente não tiver essa visão geográfica do país de que a gente não se alimenta do supermercado. É fundamental [...] pensar uma política séria de combate à fome, que a gente tenha o campo como um elemento central nesse processo.<sup>69</sup>

O MPA fornece hortaliças, tubérculos, verduras, legumes, carnes, ovos e gorduras para a cozinha da Lapa em quantidades que ultrapassam as centenas de quilos mensalmente. Os alimentos correspondem à produção de famílias camponesas do estado do Rio de Janeiro, com exceção do “arroz Velho Chico” que é produzido em larga escala a partir da transição agroecológica promovida pelo movimento em Sergipe.<sup>70</sup> Como argumenta João,<sup>71</sup> camponês do MPA, a parceria com a Cozinha Solidária permite que os produtores planejem o escoamento de sua produção no médio e longo prazo, de modo que o MPA adquira condições para realizar a transição agroecológica da produção. Isto significa que cada alimento que chega até a cozinha, representa uma família que está em processo de se fixar no campo porque tem a compra de seus produtos garantida.<sup>72</sup>

Nos locais onde não é possível a articulação entre as Cozinhas Solidárias com movimentos do campo, a instalação de hortas comunitárias é a forma pela qual o MTST

67 PAOLI, Maria Célia. Movimentos sociais, cidadania, espaço público: perspectivas para os anos 90. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 33, out. 1991, p. 124 e 126.

68 Chamada Pública para Apoio a Ações Emergenciais de Enfrentamento à Covid-19 nas Favelas do Rio de Janeiro. **Ministério da Saúde – Fiocruz**. Disponível em: [https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/edital\\_alerj\\_link\\_completo.pdf](https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/edital_alerj_link_completo.pdf). Acesso em: 11 dez. 2022.

69 Citações de PEREIRA, Danilo. **Entrevista com Danilo Pereira**. Entrevista concedida a Denise De Sordi, São Paulo/Rio de Janeiro, 22 ago. 2022.

70 Cf. DE SORDI, Denise. O arroz Velho Chico: transição agroecológica e quebra intergeracional da pobreza no campo. **Brasil de Fato**, São Paulo, 14 maio 2023.

71 JOÃO. **Entrevista com João**. Entrevista concedida a Denise De Sordi, São Paulo, 2 set. 2022.

72 Este é um ponto de relevo, especialmente frente à extinção do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) pelo governo Bolsonaro, temática abordada em outros artigos pela autora.



organiza a concepção do trabalho coletivo, de modo que

observam uma lógica solidária, de compartilhamento dos frutos do trabalho. São também espaços formativos, nos quais se discute a segurança alimentar não apenas como um fato abstrato e distante da realidade das pessoas que frequentam as cozinhas, mas como um direito constitucionalmente assegurado a todo brasileiro e como uma frente de construção social importante.<sup>73</sup>

As hortas urbanas são empreendidas com o objetivo também de assegurar acesso gratuito a alimentos saudáveis e seguros, nas “ocupações de São Paulo, em Alagoas [...] até a turma tá criando galinha, criando porco [...] onde não tem o movimento do campo tão forte, [é] uma forma de [...] a partir das ocupações, fazer isso”.<sup>74</sup>

O preparo dos alimentos fornecidos pelo MPA para a cozinha da Lapa exige um corpo de dezenas de militantes e voluntários, com idades que variam entre 20 e 60 anos, e que abre a cozinha todos os dias por volta de 8h da manhã. A cozinheira Zenira, de 68 anos, é militante do MTST desde 2015, quando participou de uma ocupação urbana em Niterói. Ela conta que sempre trabalhou com comida e criou os “filhos com o umbigo na beira do fogão”, é responsável por coordenar o ritmo e o fluxo de entrada e saída de alimentos, pessoas e quentinhas. A rotina de Zenira na cozinha começa com a saída de casa:

Eu saio de casa 5h15. Levanto 4h10, 4h20, aí vou tomar banho, faço meu café, tomo meu café, fumo meu cigarro e quando dá 5h30 eu tô saindo de casa, eu moro próximo ao ponto do ônibus. [...] 8h20 e aí é o horário que eu chego aqui. [...] Primeira coisa que eu já faço é chegar, botar a água no fogo para fazer meu primeiro café [...]. Ali eu já entro com uma panela de água que eu já deixo, já no fogão, deixo acesa. Faço meu café, tomo meu café, troco a roupa e foco já nas minhas panelas. Quando as companheiras [militantes e voluntárias] chegam aqui às 8h30, eu já tô com o arroz pronto, às vezes eu já estou com o feijão temperado, eu tô com carne no fogo, se for carne, o que eu tiver de demanda eu já deixo.

Nem sempre a quantidade de alimentos recebida do MPA é suficiente para atender a todas as pessoas na fila. Ocasionalmente, a cozinha recebe doações de alimentos de rodas de samba que ocorrem na Fundação Progresso e cobram 1 kg de alimento pela entrada solidária. Entretanto, Zenira assume para si a responsabilidade de aproveitar ao máximo os alimentos que são fornecidos pelo MPA,

Aquilo ali é o talo do espinafre. Eu não joga nada fora [...]. Para não perder a produção do alimento, entendeu? Agora, se chega aqui para mim, o MPA [...] se eles chegaram para mim e falaram: “Tia, eu tinha essas hortaliças aqui, eu trouxe. A senhora vê se dá para aproveitar”. E se eu falo: “Não dá. Se não dá para eu fazer essa couve refogada, eu transformo ela numa farofa”.

Os membros do MPA se reúnem frequentemente com Zenira para compreender como os alimentos estão sendo utilizados, o que pode ser melhorado e quais são as necessidades da

73 MTST. **Cozinhas Solidárias do MTST** – projeto. Mimeografado MTST. Acervo de pesquisa.

74 PEREIRA, Danilo. **Entrevista com Danilo Pereira**. Entrevista concedida a Denise De Sordi, São Paulo/Rio de Janeiro, 22 ago. 2022.

cozinha; não é incomum que em dias muito agitados eles assumam o papel de voluntários para que a produção das quentinhas seja garantida.

Há uma preocupação da cozinheira para que as quentinhas sejam bem montadas e visualmente bonitas, “procuro sempre casar os alimentos para ficar uma quentinha bonita”. Após o preparo dos alimentos, por volta de meio-dia, a bancada de montagem é organizada e as marmitas, previamente identificadas com o selo da Cozinha Solidária, ficam disponíveis em pacotes de 100 unidades a serem preenchidas. Zenira verifica se está tudo limpo e pronto para servir enquanto vocaliza as instruções para os militantes e voluntários sobre como a comida deve ser disposta. Isso é importante porque, segundo ela: “o povo come com os olhos”.<sup>75</sup>

Ainda que a entrada nas cozinhas, seja como voluntário, militante ou pessoa que recebe a alimentação, signifique no plano imediato a construção de “momentos de ruptura na ordem da vida das pessoas e não da ordem social mais ampla”,<sup>76</sup> há uma percepção que orienta o projeto das Cozinhas Solidárias de que a cozinha é uma ferramenta de mobilização popular, para o próprio MTST e outros movimentos sociais organizados,

Se a gente quisesse só distribuir [a comida], a gente podia pegar esse dinheiro todo [das doações], e ao invés de fazer obra [no prédio da cozinha], só distribuir a comida, qual o sentido? É só distribuir comida? Não, [...] a cozinha, ela é uma ferramenta de transformação de realidade, do país e do povo, assim como as ocupações também são uma ferramenta”.<sup>77</sup>

Na percepção do MTST, a Cozinha Solidária é uma ferramenta para a prática de valores políticos, sociais e culturais na medida em que gera mudanças na forma de sociabilidade e estabelecimento de vínculos comunitários, indicando que é na prática que se torna possível “[construir] a compreensão de que as atitudes que transformam o dia a dia e a realidade se dão através do coletivo”, de modo que a “cozinha abre um leque de outras lutas, e outras formas de organização [...] para que a gente possa criar soluções coletivas para aqueles problemas pontuais”.<sup>78</sup> Nesse sentido, mesmo as tarefas mais básicas da rotina da cozinha são compreendidas como parte do processo formativo e de mobilização,

Desde a pessoa aprender [...] as tarefas básicas de controlar um estoque, de garantir que as comidas cheguem lá, que o preparo seja feito, o compromisso que se tem de chegar na hora, de estar lá no dia que você se comprometeu, de participar das reuniões de planejamento. Tudo isso, mesmo as tarefas mais básicas e às vezes, mais pragmáticas também, que não têm necessariamente aquele conteúdo político [explícito] envolvido, elas fazem parte dessa formação que é política.<sup>79</sup>

75 Todas as citações de ZENIRA. **Entrevista com Zenira**. Entrevista concedida a Denise De Sordi, Rio de Janeiro, 6 jul. 2022.

76 GOHN, op. cit., p. 205

77 NASCIMENTO, Julia. **Entrevista com Julia Nascimento**. Entrevista concedida a Denise De Sordi, São Paulo/Rio de Janeiro, 31 ago. 2022.

78 Ibidem.

79 PEREIRA, Danilo. **Entrevista com Danilo Pereira**. Entrevista concedida a Denise De Sordi, São Paulo/Rio de Janeiro, 22 ago. 2022.

É possível indicar que a gestão coletiva das tarefas da cozinha está relacionada ao próprio processo de formação do MTST, em diálogo com a perspectiva da solidariedade de classe. A própria escolha do nome “Cozinha Solidária”, busca indicar a conexão entre o projeto das cozinhas e um tipo de ação específico que permite a criação de “horizontes coletivos, sociais e políticos”. Os quais, como pontua Paoli, tratam menos do “propósito de demonstrar uma ‘eficácia política’ de sua ação do que apontar a sua capacidade de dotar de significado a esfera política, ou seja, de lhe dar sentido e história”.<sup>80</sup>

É um tipo de solidariedade caracterizada de modo diferente daquela que impulsionou<sup>81</sup> o formato das políticas e programas sociais ao longo dos anos de 1990 e 2000 em favor de reformas macroeconômicas, com “o mercado como regulador das necessidades sociais”,<sup>82</sup> com a mobilização da consciência individual, resultando em formas de cidadania abstrata. Particularizada, portanto, com “o exercício coletivo, e diferenciado, das faculdades políticas do cidadão comum e a legitimidade das iniciativas populares de proposição e participação nas leis democráticas”, e para a qual, a esfera pública é a “intermediadora dos conflitos”<sup>83</sup> vocalizados pelos movimentos sociais.

A formulação da coesão política desse projeto de sociedade, expresso nas redes com movimentos do campo, parcerias com outros movimentos sociais organizados, trabalho coletivo e criação de laços comunitários, é centralizada pela solidariedade enquanto um valor que diz respeito não à consciência individual, mas à

solidariedade de classe como um valor que a gente compartilha [...] então, a solidariedade é um termo que a gente colocou em disputa para falar que é um valor que transforma, é um valor para futuro, **é um valor de luta**. Então, a gente começa a trabalhar essa ideia de solidariedade, esse termo aí para disputar ele mesmo, para trazer para o centro do debate<sup>84</sup> (grifos da autora).

A materialidade desse valor de classe no projeto das Cozinhas Solidárias pode ser lida em diálogo com as concepções de Soberania Alimentar e Segurança Alimentar e Nutricional, expressando-se em “um conjunto de experiências que demonstram a capacidade de combinar a luta pela segurança alimentar e também o direito à alimentação a partir da organização coletiva dos trabalhadores”.<sup>85</sup> Ambas as concepções são compreendidas na chave das experiências brasileiras relacionadas à Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). De modo que a “Soberania Alimentar é entendida como o direito dos povos de definirem suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação”, ao passo que o direito à alimentação é “parte dos direitos

80 PAOLI, op. cit., 1991, p. 116.

81 Cf. DE SORDI, Denise. Reformas nos programas sociais brasileiros: solidariedade, pobreza e controle social. **Tempos Históricos**, Mal. Cândido Rondon, v. 25, n. 1, 2021.

82 GUSMÃO, Rute. A ideologia da solidariedade. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 62, p. 95, 2000.

83 PAOLI, op. cit., 1991, p. 131 e 121.

84 PEREIRA, Danilo. **Entrevista com Danilo Pereira**. Entrevista concedida a Denise De Sordi, São Paulo/Rio de Janeiro, 22 ago. 2022.

85 ANGELIM, Daniel M.; CALDAS, Eduardo de Lima. El Movimiento de Trabajadores Sin Techo, seguridad alimentaria y el derecho a la alimentación. In: CALDAS, Eduardo de Lima (org.). **Comida y comunidad**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2021. p. 43.

fundamentais da humanidade”.<sup>86</sup> A solidariedade, nesse sentido, é compreendida por seu objetivo não de ocultar as tensões sociais reprodutoras do empobrecimento e da fome, mas sim de articular redes políticas de organização e reivindicação acerca dessas tensões.<sup>87</sup>

A cozinha da Lapa, em particular, e as Cozinhas Solidárias, em geral, ao ocupar o espaço público e mobilizar uma rede de movimentos sociais, militantes, voluntários e sujeitos atendidos, coloca em prática a solidariedade na gestão coletiva e impulsiona diferentes formas de se exercer a soberania e a segurança alimentar com uma potencialidade que não está “no localismo e no comunitarismo de sua mobilização coletiva, mas no alcance que há, em cada uma destas mobilizações e ações, em sua enunciação como sujeitos coletivos de direitos”, disputando a esfera pública como o “lugar no qual as experiências de vida coletivas podem ser elaboradas e formuladas como iniciativas que correm através da mobilização popular”,<sup>88</sup> reconhecendo e, portanto, reivindicando a compreensão de que a questão social da fome faz parte da mesma agenda política que é determinante das formas de gerir, regular e reproduzir a pobreza.

## Considerações finais

A OBSERVAÇÃO DE CAMPO realizada semanalmente na Cozinha Solidária da Lapa, somada às entrevistas que foram realizadas, permite notar que a atividade fim da Cozinha Solidária não se resume à entrega dos alimentos, mas sim, à criação de novas formas de organização e reivindicação coletivas, através do estabelecimento de redes entre o movimento e os trabalhadores atendidos. Como pontuou Paoli, o papel dos movimentos sociais está “na ideia e no exercício de uma participação equivalente, diferenciada e coletiva na condução dos assuntos públicos que lhes dizem respeito – por mais localizados que sejam”.<sup>89</sup>

A capacidade de reconstrução da esfera pública pelos movimentos sociais, por sua vez, está em “algo mais do que denúncias circunscritas ao momento político”, mas na emergência de interpretações acerca das relações sociais vividas, que “se pergunta sobre a validade e legitimidade das condições da existência coletiva [...] para além da mera opinião”.<sup>90</sup> A negociação de códigos culturais que intencionam determinar soluções individuais para questões sociais, e, portanto, coletivas, expressa um tipo de consciência moral que não pode ser descartada. Ainda que de forma organizada por um movimento social, a expressão das condições de existência coletivas, ao serem formuladas publicamente, permitem notar o processo de elaboração politicamente constituída de um

86 BRASIL. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Consea. **Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional**: Textos de Referência da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília: IPEA, jul. 2004.

87 Cf. LIZAGARRA; PEREIRA FILHO, op. cit., p. 90.

88 PAOLI, op. cit., 1991, p. 121 e 124.

89 Ibidem, p. 121.

90 Ibidem, p. 118.

tipo de ação que “em cada ambiente familiar, local de trabalho e vizinhança”, em oposição à lógica de mercado, faz emergir “uma ‘economia moral’ mais cooperativa”.<sup>91</sup>

Nesse sentido, a construção de redes de militantes, voluntários, apoiadores e entre movimentos diversos do campo e da cidade, abre um horizonte político de negociações desses códigos e de possibilidades para a reconstrução da ação e mobilização política a partir de conjunturas adversas. O fim do programa Minha Casa, Minha Vida, acompanhado de um processo de erosão democrática e do retorno do país ao Mapa da Fome, agravado pelo cenário da pandemia de covid-19, promoveram uma reorientação estratégica do MTST para sua própria sobrevivência e capilarização territorial.

Isto não significa que a abertura das Cozinhas Solidárias impulse a contestação da lógica neoliberal que orienta, por exemplo, programas sociais de transferência de dinheiro de combate à pobreza e à fome, mas sim que uma janela de oportunidades foi aberta no processo histórico. Há uma conjuntura colocada na qual os movimentos sociais atuam também como propositores de políticas públicas, gestadas e geridas coletivamente, formuladas a partir de seus projetos de sociedade. O desafio para as Cozinhas Solidárias parece estar localizado em como formalizar essa experiência sem esvaziar a potencialidade da mobilização popular territorializada, isto é, sem inverter completamente a ordem das relações hierárquicas até então formuladas – “de baixo”, quando transpostas ao campo institucional – “de cima”, que, por sua vez, costuma se valer da ideia de “eficiência da gestão” fincada em critérios técnicos e econômicos – supostamente neutros – para identificar o perfil de trabalhadores “pobres” a serem atendidos por programas sociais. O nó da questão está na própria reconfiguração, notada nas filas das cozinhas, do perfil desses trabalhadores, que demarca não só o abismo social resultante das políticas sociais e econômicas entre 2016 e 2022, mas a tensão provocada pela impossibilidade da continuidade do pacto social anterior como regulador dos conflitos e antagonismos sociais.

Recebido: 02/01/2023

Aprovado: 01/07/2023

91 MERRIL, op. cit., p. 42.